

## Arquivo de áudio

[audio bruto comprimido.mp3](#)

## Transcrever

Palestrante 1 - Alex

Olá, está no ar mais um Vox, o podcast do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A conversa de hoje é com o promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público, a Cimos. Está também aqui no estúdio Marcos Vinícius Mendes do Valle, que é juiz adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, o Cejusc. Obrigado pela presença de vocês.

Palestrante 3 - Paulo César

Nós que agradecemos, Alex, o convite, a acolhida. É uma satisfação estar aqui com você e também com o colega do Judiciário, doutor Marcos. Sempre um prazer.

Palestrante 1 - Alex

Dr. Marcos, seja muito bem-vindo.

Palestrante 4 - Marcos

Muito obrigado, Alex, dr. Paulo. É uma alegria, uma honra estar aqui com vocês, neste bate-papo.

Palestrante 1 - Alex

Hoje vamos falar da Cimos, da Coordenadoria do Ministério Público. Também do projeto *MP Itinerante*, que leva cidadania às regiões menos desenvolvidas do estado de Minas Gerais; do Cejusc, que é parceiro do *MP Itinerante* nesse projeto; de justiça social, enfim, vários temas serão abordados com os nossos convidados.

Promotor, gostaria que o senhor explicasse, para quem está acompanhando, essa questão da Cimos. Como funciona? Quais serviços ela leva para o cidadão?

Palestrante 3 - Paulo

Na verdade, a Cimos é a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério de Minas. Criada em 2009, a Cimos é um órgão do Ministério Público de assessoramento ao procurador-geral de Justiça nas questões envolvendo direitos sociais, por exemplo, os atingidos por grandes empreendimentos. Os coordenadores da Cimos, tanto o coordenador da região do Vale do Rio Doce, como o da região do Paraopeba, participa ativamente das tratativas acerca da repactuação de Brumadinho, da repactuação de Mariana, e participam do comitê de compromitente acolhendo os atingidos, apoiando os promotores. A Cimos também atua tanto assessorando o procurador-geral como apoiando os promotores naturais no que diz respeito aos grupos hipervulneráveis, os mais vulneráveis da sociedade, e principalmente, através de projetos sociais. Nós temos projetos, por exemplo, em que atuamos com os catadores de materiais recicláveis, agentes ambientais que sofrem tanto preconceito e prestam um serviço maravilhoso, com as comunidades tradicionais, com

indígenas, com populações em situação de rua. Atua também buscando parcerias. Então, a Cimos funciona como órgão tanto de assessoramento ao PGJ, com essas questões mais graves envolvendo os conflitos sociais em Minas, como de apoio aos promotores naturais no desenvolvimento de projetos, tendente a buscar eficácia social dos direitos desses grupos mais vulneráveis da comunidade.

Palestrante 1 - Alex

Doutor Marcos Valle, e a questão do Cejusc, como funciona? Quais serviços ele leva para a sociedade?

Palestrante 4 - Marcos

Eu queria aproveitar para esclarecer que o Cejusc, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, é uma estrutura que, dentro do Tribunal de Justiça, é regida pela 3ª Vice-Presidência, cuja desembargadora, Ana Paula Nanetti Cacheta, eu auxilio hoje. Então, a gente tem uma estruturação de trabalho que perpassa por todas as comarcas do estado de Minas Gerais, onde os Cejuscs estão presentes em todos os fóruns. Essa é uma importante colocação, para que as pessoas que estão vendo e ouvindo este podcast possam saber que em cada fórum nós temos um Cejusc à disposição para acolhê-las, para considerar suas necessidades e para ouvi-las.

Palestrante 1 - Alex

Aproveitando então. Como é que tem sido essa parceria com o Ministério Público no projeto *MP Itinerante*?

Palestrante 4 - Marcos

Estava falando agora há pouco com o doutor Paulo que a parceria do Ministério Público é sempre, além de prazerosa, extremamente relevante, porque o Ministério Público é a magistratura que fala de pé. Segundo o ordenamento francês, nós somos uma carreira-irmã. A magistratura togada é aquela que tem a inércia processual para manter a sua imparcialidade. O Ministério Público tem uma voz ativa para poder buscar, acolher essas necessidades das pessoas que estão sofrendo violação a direitos, os hipossuficientes econômicos, os hipossuficientes sociais. Então, para o Poder Judiciário, como nós não podemos exercer essa atividade que é própria do Ministério Público, essa parceria é essencial para que a gente possa prestar um bom trabalho.

Palestrante 1 - Alex

Dr. Paulo César, acredito que, desde que o Cejusc se tornou parceiro no projeto *MP Itinerante*, muitos outros serviços puderam ser levados para o cidadão. Enfim, é a valorização do trabalho que tem sido feito para essa população mais vulnerável.

Palestrante 3

A parceria do *MP Itinerante* com o *Cejusc Itinerante*, eu estava falando com doutor Marcos anteriormente, é um casamento perfeito. Nós estamos superfelizes, está maravilhosa a parceria. São atividades complementares. Os juízes das comarcas e os promotores vão juntos para esses locais que não são sede de comarca, locais às vezes distantes, onde a população tem dificuldade de acessar o serviço do Judiciário e do Ministério Público. E são atividades complementares, na medida em que o Cejusc resolve questões concretas da pessoa no dia a dia, a questão de pensão, separação. O Cejusc tem feito, inclusive, casamentos, cumulação de união estável em casamentos. Muito

interessante. Gerando resultado concreto para o cidadão, mesmo não sendo atividades com uma atribuição direta do Ministério Público, apesar de o Ministério Público também participar.

Então, o Ministério Público sempre participa acompanhando, ajudando nas mediações com os promotores. E o Ministério Público, agora, a partir dessa entrada do Cejusc, dessa parceria, tem focado na nossa atuação, no que diz respeito aos interesses difusos e coletivos. São feitas várias reuniões públicas com as diversas áreas da comunidade, por exemplo, na área de meio ambiente, para fortalecer a atuação dos conselhos municipais, na área de defesa da criança adolescente, fortalecendo as redes. Então vão esses promotores das comarcas, vão também promotores especialistas nesses diversos temas, envolvendo os direitos coletivos... Há um casamento aí, o Cejusc resolvendo as questões individuais, a gente apoiando, eles também nos apoiando na organização dessas reuniões. Eventualmente, o juiz também participando com a gente, e a gente tentando fortalecer essas redes de atuação, de garantia de direitos nos municípios.

Palestrante 1

Quando a gente fala desse atendimento, não tem como deixar de falar da questão do contato do servidor público, que vai prestar esse serviço no interior, com o cidadão que está lá na outra ponta. E, devido à pandemia da COVID-19, a gente ficou um certo tempo isolado, sem poder ter contato, e acho que isso afetou, deve ter afetado muito essas populações mais vulneráveis.

Palestrante 3

Pois é! Nós estamos reaprendendo também em razão da pandemia. Houve algumas coisas positivas, por exemplo, com o *MP Itinerante*. Hoje a gente faz, às vezes, reuniões virtuais. Eu tenho algumas telas interativas, então às vezes um promotor especialista num tema específico não pode ir à comarca naquele dia, mas daqui de Belo Horizonte ele participa. A gente tem um servidor que ajuda a organizar. Então, houve esse avanço em relação a essa questão da pandemia. Mas a gente estava sentindo falta do contato com as pessoas, Alex. Você mesmo já nos acompanhou algumas vezes, sabe que é maravilhoso esse contato.

A gente costuma dizer que o *MP Itinerante*, como também o *Cejusc Itinerante*, quando vai aos municípios, é algo enriquecedor para a gente, para o promotor da comarca, que, para decidir seus processos, seus inquéritos civis, passa a conhecer as diversas nuances, e acho que isso qualifica a nossa atuação. E é também importante para a sociedade, que tem esse acesso para tirar direitos, para reconhecer e pegar informações sobre seus direitos. Por exemplo, no *MP Itinerante*, a gente tem uma van do Ministério Público onde qualquer cidadão pode ir para dialogar com o promotor. É uma atuação bem informal, não vai ninguém de gravata. Então, há uma abertura, uma aproximação maior, a pessoa fica mais à vontade para apontar algumas dificuldades que tem, apontar uma necessidade de algum serviço público. O promotor está lá para acolher essas informações, de forma bem horizontal.

Palestrante 1

O Cejusc também, de certa forma, teve de se adequar a esse momento de pandemia por que a gente passou, um período grave de uma crise sanitária.

Palestrante 4

É verdade. O Cejusc também tem três setores. Acho que é bom a gente ter essa oportunidade de explicar. As pessoas às vezes não sabem que existe o Cejusc. Então agora quem está nos ouvindo passa a saber que existe o Cejusc em todos os fóruns do estado. Dos 98 fóruns, todos têm o Cejusc

instalado. O órgão tem três setores. Um setor chamado processual, que vai trabalhar a conciliação e a mediação naqueles processos em que já ajuizaram uma ação. Mas tem muitos casos que chegam à Justiça em que a pessoa ainda não está com um pensamento fixado numa ação judicial, ela está precisando realmente é de uma oportunidade dialogal, de conversa com a outra parte, para tentar resolver o conflito de maneira amigável. E agora nós temos então o setor pré-processual, quando ainda não entraram com uma ação judicial. Uma pessoa faz a reclamação, a outra é convidada, elas sentam amigavelmente com o conciliador, que é treinado para isso, e muitas vezes, formam um acordo. Esses acordos são homologados pelo juiz togado e tem força executiva. E a terceira parte do Cejusc se chama Cejusc Cidadania, que, na verdade, é um local de informação pública. É muito importante também frisar que ali não se dá orientação jurídica, mas apenas informações públicas. Então vou dar alguns exemplos concretos. Se um cidadão comparece com a necessidade de orientação técnico-jurídica, sendo ele hipossuficiente, nós vamos passar o endereço para ele e indicar que procure a Defensoria Pública, uma assistência jurídica municipal. Se ele vai relatar uma situação de abuso ou uma situação que envolva as competências do Ministério Público, nós vamos indicar para ele o local das Promotorias, os horários de funcionamento, os telefones de acesso a esses serviços, para que eles possam procurar o Ministério Público e receber integralmente aquele serviço que é próprio da competência do Ministério Público. É muito importante ter esse serviço, porque nosso país tem muitos bolsões de hipossuficiência econômica e social. E é também importante que, quando a pessoa chega ao fórum, não fique intimidada, que ela se sinta acolhida, respeitada, considerada... Então, o papel do Cejusc hoje é este: fazer com que o cidadão, ao chegar ali, possa, com facilidade, perceber que serviço público ele pode abarcar.

Palestrante 1

Uma questão que o senhor falou que, para mim, é importantíssima é esse acolhimento. Se a pessoa não se sentir acolhida naquele primeiro momento, a demanda dela, com certeza, não vai andar.

Palestrante 4

Sim, isso é fundamental. Esse acolhimento é mais uma significação ética discursiva. Eu penso isto: que nós, embora sejamos atores, o Ministério Público, a magistratura togada, de fazer o bem, a gente tem que dar portas facilitadas para que essas pessoas saibam os nossos papéis, e o nosso papel principal é servi-las, é prestar um bom serviço. Então, se elas não se sentem acolhidas, elas não terão essa percepção e vão, às vezes, até deixar de reivindicar direitos, de buscar o promotor de Justiça ou buscar a atermção de uma demanda no Juizado, porque elas não se sentiram acolhidas.

Palestrante 1

Agora a gente vai para o intervalo e daqui a pouco a gente volta com o segundo bloco do Vox.

Palestrante 1

Estamos de volta. Você está acompanhando o Vox, o podcast do Ministério Público de Minas Gerais. O assunto deste episódio é: direitos sociais e *Ministério Público Itinerante*. Nós estamos conversando com o promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, que é coordenador da Cimos, e com o juiz Marcos Valle, que é coordenador do Cejusc. Promotor Paulo César, temos aí uma estimativa de quantas pessoas são atendidas por ano pela Cimos?

Palestrante 3

Sim. Na verdade, pelo *MP itinerante*, que é um projeto de 2010, uma média de atendimentos feitos diretamente pelo Ministério Público e por parceiros, incluindo o Cejusc, é de cerca de 12 mil por

ano. Mas das pessoas que transitam ali, que interagem com a gente, foram cerca de 30 mil pessoas por ano. Então, em dez anos, aproximadamente 300 mil pessoas interagindo, levando informação acerca do que é o Ministério Público. As pessoas desconhecem muito a atuação do Ministério Público, principalmente essa atuação pós-Constituição de 1988. Então o *MP Itinerante* é uma oportunidade de a gente levar a esses municípios que não são sede de comarca essa informação e qualificar o nosso atendimento.

Palestrante 1

Então, para este ano, o cronograma de atendimentos já está fechado?

Palestrante 3

Já temos um cronograma. Nós vamos iniciar agora na primeira semana de março, no dia 7, em Ouro Verde de Minas. Depois, no dia 9, em Itabirinha de Mantena, na comarca de Mantena. E, no final de março, nos dias 28, 29 e 30, nós vamos às regiões de Arinos, Chapada Gaúcha, Uruana de Minas e Uruçuia. Na verdade, nós já fomos a essas cidades, fizemos reuniões prévias, já conhecemos, fizemos um levantamento, interagimos com o município, com as comunidades e agora, então, nesse momento, estamos acabando a programação para executar nesses dias aí. Então, no dia 7, vai ser o lançamento do *MP Itinerante* deste ano de 2023 em Ouro Verde de Minas.

Palestrante 1

Um ponto interessante que o senhor citou: a caravana não sai de BH e simplesmente vai fazer o atendimento anterior. Há todo um trabalho prévio de fazer o levantamento nos municípios que vão ser atendidos, certo? Quais são as necessidades? Então é por isso que a coisa funciona?

Palestrante 3

Sim, esse é um trabalho árduo. Meu colega, o Dr. Rolando, um excelente parceiro, que é o subouvidor da Ouvidoria do Ministério Público, órgão de onde nasceu o *MP Itinerante* e que está presente em todos os eventos do projeto – vai com a gente fazer essas reuniões prévias, mobilizando as comunidades e fazendo esse levantamento das necessidades. Depois a gente conversa e articula com os Centros de Apoio do Ministério Público, com os promotores especialistas, com os promotores das comarcas e vai lá executar. É um dia de cidadania, de alegria para a gente nessa interação com as pessoas desses locais.

Palestrante 1

Quais serviços e tipos de atendimento o cidadão que procura o Cejusc pode encontrar e em que os servidores que estão lá podem auxiliar?

Palestrante 4

Um dos serviços que a gente está tentando ampliar e que aqui em Belo Horizonte já existe é o CRP – uma central de reconhecimento de paternidade – e que a gente vai agora, paulatinamente, levar a todos os outros Cejuscs. Ele trata da acolhida daquela mãe que, tendo uma criança, não chegou a declarar a paternidade. Então ela terá um serviço especializado de acolhimento. Os casos que chegam são muito emocionantes, porque, às vezes, até por questões socioeconômicas, aquele reconhecimento tardou 30, 40 anos. São pais e mães que se unem ali com os filhos, filhos que conhecem os pais depois de 40/50 anos, também acontece. É lógico, há também os recém-nascidos, e a gente deseja que todos sejam registrados, não é mesmo? Então, é um serviço muito cuidadoso, muito bonito, que toca profundamente quem comparece ali para assistir. E, evidentemente, sempre

nessa sinergia com o Ministério Público. Quando a gente não consegue, nessa etapa do trabalho, sucesso, a gente tem a parceria do Ministério Público para, na sequência, encaminhar os autos ao promotor para ele analisar se é o caso ou não de entrar com uma ação judicial para ajudar essa pessoa a reconhecer seus direitos.

Palestrante 1

E além dessa questão da paternidade, do reconhecimento, quais outras situações o senhor percebe que sempre aparecem, sobretudo nesses municípios menos desenvolvidos?

Palestrante 4

São demandas de todas as naturezas, desde “o meu problema de vizinhança”, até “a fruta da sua árvore que está caindo no meu lote”. E às vezes eles têm algum sentimento de dificuldade de comunicação anterior, porque tiveram alguns desentendimentos e aquilo vira um problema que não deveria existir. Então nós temos conciliadores e mediadores preparados para uma escuta ativa, afetuosa, respeitosa, e eles acabam saindo de lá muitas vezes amigos novamente. Além de solucionar o conflito, voltam a dialogar, a resolver seus problemas. E eu acho que é um dos objetivos comuns que nós temos. É devolver para as pessoas essa fala comunitária, essa fala social, por meio da qual elas sabem sobre seus problemas, elas não precisam brigar, não precisam praticar violência física, elas conseguem ter uma vida mais feliz, mais plena.

Palestrante 1

Eu sei que o doutor Paulo César, que já está na estrada há um bom tempo com o *MP Itinerante*, tem várias histórias interessantes de atendimento, de situações. Queria que o senhor destacasse uma para a gente.

Palestrante 3

Há várias histórias emocionantes. Talvez a mais emblemática que diz respeito, por exemplo, a direito dos idosos, aconteceu no Norte de Minas, onde a gente estava com o *MP Itinerante*. Eu estava com a Thaís, que é repórter aqui...

Palestrante 1

Colega nossa, aqui da Assessoria de Comunicação.

Palestrante 3

E com o procurador de Justiça que nos acompanhava. E aí surgiu uma conversa, na hora do almoço, o pessoal falando: “Tem um moço aqui que mora na caverna”. Eu falei: “O quê?” “É, tem um moço que mora na caverna e ele está lá há 15 anos, não vem na cidade, está isolado e tal”.

E eu falei: “Então vamos lá”. Aí fomos de camionete até um certo ponto. Andamos uns 3 km a pé, só tinha uma pessoa lá que tinha acesso a esse senhor, um vizinho. Ele foi chegando... E foi até interessante, foi até engraçado, porque ele foi chegando, a gente foi chegando, e ele gritando, falando o nome desse senhor: “Ô fulano”. Eu fui lá, naquela conversa típica do interior, e falei: “Por que você está gritando?”. Ele disse: “Porque senão ele atira”.

Mas não atirava nada... Na verdade, ele ficava muito isolado lá. Era uma pessoa que estava isolada há mais de 15 anos e não tinha interação com ninguém. A partir dessa articulação do *MP Itinerante*, quando chegamos lá, encontramos uma pessoa amável, carinhosa, mas com dificuldade de fala, dificuldade de higiene, vivendo, realmente, doutor Marcos, numa caverna da idade das pedras, com

muita dificuldade, sem acesso a nenhum benefício previdenciário, sem acesso à moradia. Era uma moradia absurda, vivia de frutas e de uma doação ou outra desse vizinho, que levava de vez em quando alguma coisa. A assistência social do município até tentava, mas não conseguia ter esse acesso a ele, porque ele tinha resistência. Sofreu uma violência policial muito grande e, por isso, teve um trauma e se isolou. Ele tinha uma dificuldade. A gente até demorou um tempo... A promotora da comarca na época tentou nos ajudar a solucionar essa dificuldade, que estava na grafia do nome dele: tinha um cê-cedilha no meio. A gente não conseguia achar os parentes. Depois, com muito esforço, a gente conseguiu achar os documentos dele, regularizar a questão documental.

Tinha um pessoal da Milton Campos que nos ajudava na época com esse apoio previdenciário, por meio do programa *PIEP*, com a professora Dinorah Carla, que faz um trabalho maravilhoso. Nos ajudou também, junto com INSS, a conseguir para ele esse benefício que ele tem hoje. A gente conseguiu encontrar alguns parentes dele. A comunidade se organizou e construiu uma casinha digna para ele. Há pouco tempo, ele fez contato, estava com dificuldade com a Cemig. A gente relatou a situação, a Cemig colocou a luz lá para ele. Puxou as redes e colocou luz. Ganhou até uma sanfona. Falou que gostava de tocar sanfona, e as pessoas se mobilizaram. Então está feliz lá hoje, está acompanhado, está com direito garantido. Essa foi uma questão realmente alarmante.

Mas eu queria, Alex, já que você me deu a oportunidade, falar de dois pontos que também, nessa nova fase do Ministério Público, nos chamaram muito a atenção e nós vamos abordar esses pontos no mês de março, por exemplo, em Ouro Verde de Minas, na reunião prévia, surgiu uma situação interessante lá, uma demanda do próprio município. Eu estava preparando até uma ação judicial já para entrar contra órgãos do Estado em razão de uma questão territorial. Há uma divergência entre a legislação que criou o município, entre as divisas do município e entre os estudos da Fundação João Pinheiro e do IBGE. Isso tem gerado uma série de dificuldades para o município. Há anos, eles tentam resolver essa situação e não conseguem. Então, nós vamos ter lá uma reunião pública específica para discutir esse direito, que tem uma repercussão coletiva. E nessa reunião, a gente vai tentar encaminhar, resolver ou eventualmente até levar para o Cejusc, ou para o serviço no Tribunal, ou para o Compór do Ministério Público para que esses órgãos tentem uma composição e resolvam esse problema histórico.

Por exemplo, em Chapada Gaúcha, nós identificamos no sindicato dos trabalhadores uma questão de um Inquérito Civil antigo, dos mais antigos da comarca de Arinos. Nós temos, por exemplo, comunidades tradicionais quilombolas que estão dentro de um parque. Na verdade, eles costumam dizer que são atingidos pelo parque. Eles já moravam lá, preservavam... Lá tem cemitérios, tem igrejas, tem uma estratégia da comunidade. O estado chegou, sem maiores estudos, sem maior diálogo, e criou esse parque em cima das comunidades. Então nós vamos ter uma reunião específica para tratar desse direito coletivo, inclusive com a diretoria do IEF. A gente está com muita esperança. Já estamos fazendo essas movimentações prévias, para nesse dia tentar dar esse resultado e para que essas pessoas possam ter uma vida mais tranquila e compatibilizar essa atuação tradicional, que já é a preservacionista, com a preservação do meio ambiente natural de lá, que é maravilhoso, a região do noroeste, as veredas de Guimarães Rosa... Está preservado grande parte desse ambiente em razão da presença dos veredeiros, das comunidades quilombolas. Então eu tenho certeza de que a gente vai conseguir conciliar esses interesses e dar um resultado bom. Nós estamos na expectativa. E também essa atuação nova do Ministério Público, do *MP Itinerante*, com esse perfil de buscar problemas e solucionar problemas coletivos, que possam gerar resultado de forma ampla para vários sujeitos nas comunidades.

Palestrante 1

O Paulo César falou de várias situações. Nesse caso emblemático lá do Norte de Minas, do senhor que vivia na caverna e hoje já tem uma moradia digna, para o servidor público, para o juiz, para o promotor, qual o sentimento fica depois que você consegue atender bem o cidadão, que o problema dele é solucionado? Qual sentimento vem para o servidor?

Palestrante 4

O sentimento é de muita alegria interior. A gente, quando é mais jovem, tem o sonho de ingressar nessa ou naquela carreira, e cada um tem que seguir sua aptidão, seu coração. Mas nós temos uma natureza comum, que é a nossa condição humana. E quando a gente aproxima da realidade do outro e percebe que ele foi assistido na sua necessidade real, isso toca profundamente a nossa existência. Então os juízes, promotores, defensores públicos, advogados, servidores do Ministério Público, do Judiciário, todos nós nos irmanamos na alegria de ver iniciativas como essas que o doutor Paulo narrou, que são muito emocionantes e que dão sentido à nossa caminhada, na verdade.

Palestrante 1

A gente falou do *MP Itinerante*, do *Cejusc Itinerante*, que leva o serviço até o cidadão. Mas, quando isso não acontece, como é que o cidadão pode procurar o Tribunal de Justiça, o Cejusc especificamente, o Ministério Público, para ter atendimento, para levar alguma demanda para as instituições? Começando pelo Cejusc.

Palestrante 4

Eu até agradeço a oportunidade de poder reiterar isso. Sempre que o cidadão, em todo o estado de Minas Gerais, precisar do serviço dos Cejuscs, pode procurar o fórum local, ou seja, os Cejuscs estão dentro do fórum. Os órgãos ficam em salas com instalações próprias, onde há pessoas para atender o cidadão. Lá elas vão acolhê-lo com muito carinho nas suas necessidades. Se houver necessidade de procurar outros órgãos do Judiciário, a parte do Cejusc chamada Cejusc Cidadania, que é um dos setores, vai informar, vai dar todos os direcionamentos para que ele possa ser também bem acolhido em outros setores do Judiciário.

Palestrante 1

E no caso do Ministério Público?

Palestrante 3

No Ministério Público nós temos as Promotorias, mais de 200 espalhadas, muitas localizadas dentro dos fóruns. O cidadão pode agendar ou pode procurar diretamente a Promotoria para levar essas demandas mais coletivas, a do consumidor, da infância e juventude, da área de defesa do direito da saúde. E também nós temos a Ouvidoria do Ministério Público. Como eu disse anteriormente, foi onde nasceu a ideia do *MP Itinerante*. A Ouvidoria inclusive nos acompanha em uma das vans de atendimento. A Ouvidoria vai a todas as ações do *MP Itinerante* para acolher realmente as demandas, prestar esclarecimentos e também está disponível através do site e do telefone 127. As pessoas podem ligar e passar informações e também podem acessar o site do Ministério Público: [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br).

Palestrante 1

Conversamos então com o promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, que é coordenador da Cimos, e com o juiz Marcus Vinícius Mendes do Valle, que é juiz adjunto do Centro Judiciário de

Solução de Conflitos e Cidadania, o Cejusc, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Muito obrigado, mais uma vez, pela participação dos senhores.

Palestrante 3

Obrigado Alex, eu que agradeço.

Palestrante 4

Muito obrigado, Alex, alegria estar aqui com vocês.

Palestrante 1

Obrigado e até o próximo episódio do Vox.